

SEGURANÇA TRANSATLÂNTICA

WALLACE J. THIES, *WHY NATO ENDURES?*

Nova York, Cambridge University Press, 2009, 321 pp.

Parece que a NATO vive mais uma das suas crises, desta vez no inóspito território afegão. Esta é a primeira ideia a reter do sóbrio livro de Wallace Thies (Universidade Católica Americana): falar de crise é falar da história da Aliança Atlântica e do seu corpo institucional de segurança, a NATO. A verdade é que este tipo de frieza analítica faz bem ao leitor. Primeiro, porque lhe retira alguma da espuma jornalística de que muitas vezes a análise política acaba refém. Segundo, porque o dota de uma lente real, isto é, não o impele a ver cada episódio crítico como apocalíptico. Um livro que coloca no título uma pergunta que ajuda a manter o seu rumo. Em *Why NATO Endures?* partimos desde início com a clara noção das dúvidas que queremos esclarecer: 1) porque é a NATO diferente das alianças entre estados que marcaram a história euro-atlântica antes de 1939; 2) e porque perdura a NATO, finda uma era onde o inimigo era reconhecido e assumido? As respostas cruzam-se e dão origem a uma

argumentação sólida sobre a Aliança Atlântica. Por um lado, a NATO é diferente porque comporta uma moldura de valores partilhada por estados dilacerados pela guerra e que renunciam ao uso da força entre eles em função de uma recuperação indispensável. A NATO difere, também, das alianças anteriores, por ser uma comunidade de segurança entre democracias que, ao ser capaz de reduzir o medo entre elas, canaliza para a divergência política o que outrora foi do domínio militar. Por outras palavras, para Wallace Thies, é a dimensão democrática dos membros da NATO que acomoda qualquer cenário de crise – interno ou externo –, dando continuidade temporal à Aliança. Por outro lado, a NATO perdura em virtude do desenvolvimento de mecanismos de consulta, corpos institucionais internos, processos de decisão repartidos. Ou seja, a partir da sua fundação, as políticas externas nacionais passaram a estar delimitadas umas pelas outras através do processo negocial da Aliança e do consenso que desde sempre lhe está associado. O interesse deste livro resulta da feliz arrumação argumentativa em volta de um modelo de segurança colectiva entre estados, democracias, aberto a novos aderentes e posto à

prova constantemente. Antes dele, as alianças eram conjunturais, descartáveis, pouco honestas. Com ele, a palavra «aliança» ganhou um espaço distinto nas relações internacionais. Perde-se, às vezes, demasiado tempo a perceber o insucesso político na história internacional. Este livro leva-nos a reconhecer um caso de sucesso.

AUREL BRAUN (ED.), NATO-RUSSIA RELATIONS IN THE TWENTY-FIRST CENTURY

Londres, Routledge, 2008, 204 pp.

Aurel Braun (Universidade de Toronto) coordena um conjunto de artigos sobre as relações entre a NATO e a Rússia nos últimos vinte anos. O tema é pertinente. O tratamento dado neste livro, deficiente. Em primeiro lugar, existe a tentativa meritória de arrumar os assuntos, dentro de um desejável quadro (possível?) de equilíbrio entre todas as partes, começando pelo tempo marcado pela integração progressiva da antiga esfera soviética nos parâmetros da Aliança Atlântica e da União Europeia, e terminando nas respectivas adesões no início deste século. O tom geral das primeiras duas partes assenta na sensatez: isto é, em função de interesses de segurança comuns, não devem ser forçados novos alargamentos – Ucrânia, Moldávia, Geórgia – que prejudiquem a estabilidade das relações entre a Rússia, as potências europeias e os Estados Unidos. Por outro lado, o livro não deixa de reconhecer que estes futuros alargamentos, tal como os últimos, definem um quadro progressivo de segurança comum e uma moldura normativa caracterizada por valores democráticos. Começam

aqui os problemas deste conjunto de ensaios: em redor da sensatez, pouco ou nada é acrescentado ao que já se sabe.

A última parte é a mais interessante quer por olhar para o terrorismo, quer para o papel que pode ou não ser desempenhado por Moscovo no xadrez do Médio Oriente. Quanto a ambas as questões, a direcção das respostas é mais clarificadora: os russos estão mais próximos de uma estratégia individual antiterrorista do que de uma cooperação estratégica com os europeus; Moscovo não tem sido um parceiro confiável no Médio Oriente, quer pelas relações próximas que mantém com Teerão e Damasco, quer pelo estatuto que conferiu ao Hamas, após a eleições de 2006, quando o recebeu em Moscovo ao arrepio do quadro negocial do Quarteto.

Este livro dá pouca atenção à vertente energética das relações entre o «Ocidente» e a Rússia, embora a reconheça. Preocupa-se sobretudo em expor tendências presentes nas opções de todas as partes, para revelar que a interdependência económica e securitária está suficientemente presente para evitar a cooperação. Bom, a novidade não será grande. Até porque a pergunta mais interessante surge apenas na última página: «Can NATO maintain its cohesion?».

NATIVIDAD FERNÁNDEZ SOLA E MICHAEL SMITH (EDS.), PERCEPTIONS AND POLICY IN TRANSATLANTIC RELATIONS: PROSPECTIVE VISIONS FROM THE US AND EUROPE

Londres, Routledge, 2009, 216 pp.

Académicos dos dois lados do Atlântico colocam as mais recentes tensões transatlânticas em análise, de acordo com

as percepções políticas dos seus decisores e em função de três grandes áreas: a distribuição do poder desde o final da Guerra Fria, o terrorismo transnacional, e as relações com a Rússia. O ponto de partida desta colectânea de ensaios – uma arrumação de conceitos e debates – é o resultado da conferência sobre segurança euro-atlântica, realizada em Madrid (2006), marcando o trigésimo aniversário do livro de Robert Jervis, *Perceptions and Misperceptions in International Politics*.

Os seus coordenadores, Sola (Universidade de Saragoça) e Smith (Universidade de Loughborough), propõem dois objetivos iniciais. Primeiro, perceber se os anos de George W. Bush determinaram diferenças insanáveis quanto às percepções políticas e estratégicas euro-atlânticas face às três áreas que já referimos. Segundo, ao aceitar que a parceria transatlântica foi e continua a ser fundamental, pensar a melhor forma de ela responder aos desafios conjuntos do pós-Guerra Fria, mas acima de tudo ao quadro internacional posterior ao 11 de Setembro.

De acordo com a moldura de percepções e ausência delas, os ensaios levantaram interrogações pertinentes, embora algumas delas já tenham respostas à altura dadas pelos próprios decisores políticos. Perguntas como, porque é que os norte-americanos tomaram decisões unilaterais que fragilizariam, à partida, a relação transatlântica; existem diferentes percepções de fundo sobre poder e segurança entre Estados Unidos e europeus; porque foram os europeus aparentemente incapazes de, na altura da última grande crise (Iraque), desenvolver respostas políticas juntamente

com os Estados Unidos. Se as teses de Robert Jervis tiverem relevância trinta anos após a sua publicação, então as tensões transatlânticas desde o 11 de Setembro residiram num ponto imutável: os estados têm diferentes percepções das ameaças que, supostamente, deveriam ser denominado comum numa «comunidade de segurança» como a Aliança Atlântica; e é no que cada um determina como sendo hostil à sua segurança que as respostas são dadas, naturalmente, com gradações de Estado para Estado.

O realismo de Jervis é evidente. Só que também a esta pretensa inevitabilidade da história, a mesma relação transatlântica soube reposicionar a sua principal linha – Washington, Berlim, Paris e Londres – ainda durante o consulado de Bush e dar algumas respostas positivas (Iraque, Afeganistão, alargamentos NATO) a desafios conjuntos. Ou seja, o poder e as percepções que na sua base auxiliam decisões políticas não evitam que princípios e valores comuns continuem a ser valorizados. Só assim se explica que a Aliança Atlântica se constitua como uma excepção na história das relações internacionais, mesmo que com pelo menos uma grande crise interna por cada década de vida.

ADRIAN HYDE-PRICE, EUROPEAN SECURITY IN THE 21ST CENTURY: THE CHALLENGE OF MULTIPOLARITY

Londres, Routledge, 2007, 272 pp.

De uma coisa podemos estar certos ao acabar um livro como este: foi preciso um oakeshottiano para nos fazer ver a política europeia tal como ela é, não como

ela deveria ser. Adrian Hyde-Price (Universidade de Leicester) recupera as teses realistas para explicar os desafios internos europeus, a sua vizinhança próxima e as relações internacionais que procura influenciar. Ou seja, desmonta o liberalismo enquanto religião analítica desde o *annus mirabilis* de 1989, para colocar quatro grandes questões.

Em primeiro lugar, até que ponto tem sido estável e duradoura a segurança europeia desde o fim da Guerra Fria. Em segundo, questionar a tese liberal que faz assentar a estabilidade e a paz na democracia e instituições multilaterais. Em terceiro, demonstrar que o Estado continua como *pivot* da política internacional, independentemente da globalização económica e das soluções transnacionais a desafios comuns. Por fim, salienta a força dos nacionalismos na política europeia, o que desmonta o argumento de muitos que caracterizavam o velho continente como uma realidade pós-moderna, próxima do paraíso e da paz.

Hyde-Price defende que as relações internacionais da Europa – conceito que percorre todo o livro, evitando abordar a União Europeia – ficarão marcadas por um misto de cooperação e competição, o que valida

não só a sua propensão para a *power politics*, como um quadro interno marcado pela «multipolaridade equilibrada». Este conceito é definido pela existência de três ou mais estados com poder semelhante, favorecendo um concerto de potências regionais que cooperaram em função de interesses comuns. Hyde-Price, com esta descrição da política europeia e da segurança pós-1989, tem em conta três dimensões: a extensão do poder da superpotência, a acomodação da Rússia e a relação com a «normalização» do grande poder continental, a Alemanha. E é exactamente com vista a estes desafios que se tornou pouco razoável à Europa assentar o seu modelo exclusivamente na teologia da potência pacífica e normativa: não só os últimos vinte anos não provaram que estas duas condições reinassem indubitavelmente no seu território, como o quadro de segurança que lhe diz directamente respeito e ao qual vai ter de responder, tenderá a sublinhar dimensões de conflito. O livro de Adrian Hyde-Price é um bom instrumento de alerta do que tem sido e pode vir a ser a segurança europeia neste século.

■ BERNARDO PIRES DE LIMA